

Nota Técnica nº 04/2026



Observatório
de Mulheres
em Goiânia

Construções de gênero e implicações no processo de identificação de AH/SD e TEA em meninas

Eixo: Educação

Autoras: Fernanda Sales França de Farias e
Luciana Rodrigues de Oliveira

Goiânia
2026

1. Resumo Executivo

Esta Nota Técnica analisa dados do Censo Escolar referentes ao município de Goiânia com o objetivo de compreender a identificação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) a partir de uma perspectiva de gênero. A análise evidencia a predominância de meninos nos registros dessas condições, o que levanta a hipótese de que as diferenças observadas não refletem apenas a incidência real, mas também desigualdades nos processos institucionais de identificação. Ao problematizar a leitura exclusivamente quantitativa dos dados, o estudo destaca que fatores sociais e culturais, especialmente os papéis de gênero e as expectativas comportamentais atribuídas a meninas e meninos, influenciam a percepção escolar e podem dificultar o reconhecimento de características de neurodivergência em estudantes do sexo feminino, frequentemente socializadas a camuflar sinais e a adotar estratégias de adaptação. Diante desse cenário, a Nota Técnica recomenda a incorporação sistemática da perspectiva de gênero na análise de dados educacionais e na formulação de políticas públicas, como condição essencial para o aprimoramento da educação inclusiva e para a redução de desigualdades estruturais no acesso ao diagnóstico, ao atendimento educacional especializado e às oportunidades de desenvolvimento acadêmico.

2. Metodologia

Foram utilizadas como base de dados as informações do Censo Escolar desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). O censo é realizado por meio de uma colaboração entre o INEP e as secretarias municipais e estaduais de educação, participando tanto a rede pública de ensino quanto a privada. Os dados utilizados são referentes ao Censo Escolar de 2020, no tocante aos discentes do município de Goiânia com ênfase nos estudantes identificados com TEA e AH/SD.

A análise dos dados se deu por meio de uma abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e analítico, orientada pelos referenciais

dos estudos de gênero e da educação inclusiva. Para tanto, houve a análise dos dados desagregados por sexo oriundos do Censo Escolar de Goiânia para identificação de assimetrias e padrões de registro. Paralelamente, houve uma pesquisa bibliográfica fundamentada em estudos feministas com a finalidade de subsidiar a análise crítica dos achados no Censo Escolar, de modo a investigar os limites dos próprios instrumentos de produção de dados educacionais e registros de discentes.

3. Principais Resultados

Quando os dados do Censo Escolar (BRASIL, 2020) do município de Goiânia são analisados é perceptível, no tocante à TEA e AH/SD uma assimetria no número de estudantes do sexo masculino e feminino registrados: com 17,8% do total de registros, o autismo configura-se como a segunda condição especial de maior prevalência entre os alunos da rede. Contudo, a distribuição se dá de forma desigual entre os sexos, na medida em que 20,9% dos meninos com alguma condição especial são registrados com TEA, apenas 10,3% das meninas o são.

De modo similar, a condição de AH/SD atinge 0,9% do total de alunos com condições especiais. Contudo, ao analisar a composição por sexo verifica-se que 73% dos registros de superdotação referem-se a alunos do sexo masculino e apenas 27% do sexo feminino.

Em uma primeira análise, evidencia-se uma predominância de estudantes do sexo masculino com ambas as condições. Contudo, em uma análise crítica, os dados desvelam a existência de processos sociais e culturais que permeiam o processo de elaboração dos dados, podendo também demonstrar que as informações podem não refletir uma prevalência real de TEA e AH/SD, mas sim a eficácia diferenciada do sistema de identificação conforme o gênero do aluno.

Neste sentido, as garotas são socializadas para serem mais adaptáveis e buscarem a validação externa, conseqüentemente, desenvolvendo estratégias de camuflagem para adequação social. Tais estratégias podem tornar os sinais

menos óbvios para a equipe pedagógica, familiares e profissionais da saúde e construir um obstáculo no diagnóstico.

Além disso, demonstra-se a importância da influência de concepções socioculturais de professores e professoras nos processos de identificação de comportamentos neurodivergentes. Nesse sentido, aponta-se como fatores para as assimetrias de registros entre alunos do sexo masculino e feminino com AH/SD: a fragilidade da formação inicial e continuada de profissionais, a persistência de estereótipos e a influência de concepções socioculturais de gênero que orientam a leitura e, sobretudo, a interpretação dos comportamentos no meio escolar (Franco, 2023).

4. Análise

Interpretação dos resultados:

A construção social do gênero estabelece expectativas de comportamento para meninos e meninas, de modo que aos meninos são atribuídos valores como autonomia, assertividade, independência e visibilidade, e as meninas são associadas às características como sensibilidade, adaptabilidade e esforço para agradar. Além de estruturar a subjetividade infantil, os papéis de gênero direcionam o olhar dos adultos sobre o que é considerado um comportamento normal ou problemático.

Essa dinâmica fica evidente ao contrastar os achados do Censo com outros estudos na área escolar. Nesse sentido, Castanho (2025) revela um padrão escolar topográfico em pátios escolares, nestes os meninos ocupam o centro com atividades dinâmicas e de grande visibilidade, enquanto meninas tendem a permanecer em cantos e escadas, em atividades mais contidas e relacionais. O que demonstrou que essa diferença não é natural, mas socialmente produzida e espacialmente reforçada. A diferença, no entanto, não é natural, mas socialmente produzida e cultivada, sobretudo, no espaço escolar. Assim, a medida em que a escola espera e valoriza a contenção e o esforço silencioso das meninas, deixa de enxergar neurodivergências.

Em que pese o Censo Escolar se apresentar como instrumento de gestão da educação, é necessário perceber seus limites metodológicos. Haja

vista sua metodologia quantitativa e declaratória, os dados ali encontrados estão limitados também pelas fragilidades interpretativas do meio escolar. Por esse motivo, a interpretação dos dados censitários não pode ocorrer senão de maneira crítica e contextualizada, articulando-se a outros estudos que possam ultrapassar a dimensão quantitativa dos dados.

Explicação dos padrões: O Censo Escolar é uma pesquisa que se estrutura por meio de uma lógica quantitativa e declaratória, na medida em que depende de informações prestadas por instituições de ensino privadas e públicas. Contudo, neste processo, estudos demonstram que agentes escolares relatam dificuldade e dúvidas no preenchimento da plataforma no tocante à educação especial, categoria que compreende TEA e AH/SD (Dias, 2014). Sendo assim, frequentemente, os laudos médicos não apresentam com clareza a condição do discente, o que dificulta o preenchimento correto da plataforma (Meletti e Bueno, 2010).

Além disso, os dados podem revelar não a incidência real de TEA e AH/SD nos estudantes, mas sim os critérios institucionais de identificação, os quais reverberam estigmas e estereótipos de gênero, na medida em que criam expectativas de comportamento e incentivam a camuflagem de sintomas como estratégia de aceitação social. Nesse sentido, os estudos (Franco, 2023 e Maia-Pinto e Fleith, 2004) revelam que tais concepções socioculturais também incidem nas equipes de identificação influenciando na leitura e interpretação de comportamentos neurodivergentes.

5. Desafios

Os dados do Censo Escolar apresentam limites estruturais decorrentes de sua natureza quantitativa, declaratória e administrativa. Por se tratar de um instrumento voltado à gestão educacional, as informações dependem diretamente do preenchimento realizado pelas instituições de ensino, o que implica grande variabilidade nos critérios de registro. A ausência de padronização rigorosa nos procedimentos de identificação de estudantes com TEA e AH/SD faz com que o processo seja fortemente influenciado pelas percepções individuais de gestores, docentes e equipes pedagógicas,

produzindo interpretações heterogêneas e, por vezes, inconsistentes. Essa dependência do olhar institucional pode resultar em subnotificação, especialmente nos casos em que os sinais não são considerados suficientemente evidentes ou não correspondem aos estereótipos tradicionalmente associados às condições analisadas.

Outro limite relevante refere-se à insuficiência de formação técnica específica para o correto preenchimento da plataforma do Censo Escolar. Muitas equipes escolares relatam dúvidas sobre a classificação das condições da educação especial, a necessidade de laudos médicos e os critérios de registro, o que pode levar tanto à omissão de informações quanto a registros imprecisos. Em contextos nos quais o diagnóstico ainda está em processo ou não foi formalizado, a tendência é que o estudante permaneça fora das estatísticas, contribuindo para a distorção dos dados e para a invisibilização de demandas educacionais específicas.

Além disso, os dados censitários também não capturam dimensões qualitativas fundamentais para compreender os processos de identificação, como práticas pedagógicas, cultura escolar, expectativas familiares, trajetórias acadêmicas e experiências subjetivas das e dos estudantes. A ausência dessas informações impede a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais que atravessam o reconhecimento da neurodivergência, reduzindo a análise a uma leitura estritamente numérica. Dessa forma, os dados disponíveis não permitem distinguir com precisão se as assimetrias observadas refletem diferenças reais de prevalência ou desigualdades nos processos de identificação.

Os resultados evidenciam que a persistência de estereótipos de gênero exerce influência direta sobre a forma como comportamentos considerados atípicos ou excepcionais são percebidos no ambiente escolar. A socialização feminina, historicamente orientada à adaptação, ao silêncio, à empatia e ao esforço para agradar, tende a favorecer estratégias de camuflagem e compensação social. Como consequência, sinais de neurodivergência podem ser interpretados como timidez, dedicação ou bom comportamento, dificultando a identificação precoce de meninas com TEA e AH/SD. Essa

invisibilização compromete o acesso oportuno a políticas educacionais inclusivas e ao atendimento especializado, produzindo trajetórias escolares marcadas por dificuldades não reconhecidas e por sobrecarga emocional.

Outro problema central refere-se às fragilidades na formação inicial e continuada de profissionais da educação. Em muitos casos, docentes e equipes pedagógicas não recebem preparo específico para reconhecer manifestações de TEA e AH/SD em meninas, cujos perfis frequentemente diferem dos padrões tradicionalmente associados a meninos. Essa lacuna formativa contribui para interpretações baseadas em expectativas de gênero e para a reprodução de práticas avaliativas que não consideram a diversidade de manifestações da neurodivergência. Como resultado, o reconhecimento institucional tende a ocorrer de forma tardia ou a não ocorrer, perpetuando desigualdades de acesso ao diagnóstico e ao suporte educacional.

Observa-se também a ausência de protocolos institucionais que incorporem a perspectiva de gênero nos processos de avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos estudantes. A inexistência de diretrizes claras que orientem a leitura dos comportamentos escolares a partir de uma abordagem sensível às diferenças de gênero contribui para decisões inconsistentes e fragmentadas. Sem instrumentos padronizados e orientações específicas, as escolas permanecem dependentes de iniciativas individuais, o que aprofunda as desigualdades entre redes, instituições e profissionais.

Em conjunto, esses fatores produzem efeitos cumulativos que impactam o acesso ao atendimento educacional especializado, às oportunidades de desenvolvimento acadêmico e ao reconhecimento das potencialidades das estudantes. A subidentificação de meninas com TEA e AH/SD não apenas limita suas trajetórias educacionais, mas também reforça padrões de desigualdade que se reproduzem ao longo da vida, evidenciando a necessidade de intervenções institucionais estruturadas e sensíveis às dimensões de gênero.

Por fim, a limitação dos recortes disponíveis restringe a análise interseccional, uma vez que o Censo Escolar não oferece, de forma sistemática, informações detalhadas que permitam cruzamentos robustos com raça,

território ou condição socioeconômica. Essa lacuna dificulta a identificação de múltiplas camadas de desigualdade que podem afetar o acesso ao diagnóstico e ao atendimento educacional especializado, indicando a necessidade de complementar os dados censitários com pesquisas qualitativas e estudos locais mais aprofundados.

6. Recomendações

A superação das desigualdades identificadas exige a adoção de medidas estruturais e contínuas que articulem produção de conhecimento, formação profissional, aperfeiçoamento institucional e sensibilização social. As recomendações a seguir buscam transformar os achados desta Nota Técnica em ações concretas de política pública, capazes de aprimorar os processos de identificação, registro e acompanhamento de estudantes com TEA e AH/SD a partir de uma perspectiva de gênero. Trata-se de um conjunto integrado de estratégias que devem ser implementadas de forma gradual, intersetorial e monitorada, com vistas à construção de uma educação inclusiva mais sensível às desigualdades estruturais. Segue algumas das ações recomendadas:

☐ **Formação continuada com perspectiva de gênero:** A ação consiste na criação de um programa permanente de formação para docentes, equipes pedagógicas, profissionais da educação especial e gestores escolares. O processo de implementação pode ocorrer por meio de cursos modulares semestrais, oficinas presenciais e formações on-line ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com universidades e centros de pesquisa. Os conteúdos devem abordar manifestações de TEA e AH/SD em meninas, socialização de gênero, estratégias de camuflagem, vieses inconscientes e práticas pedagógicas inclusivas. Espera-se como resultado o aumento da capacidade de reconhecimento precoce de sinais de neurodivergência, a redução de estereótipos nas avaliações escolares e a qualificação das práticas pedagógicas inclusivas.

☐ **Elaboração de protocolos institucionais sensíveis ao gênero:** Propõe-se a construção de diretrizes municipais padronizadas para

identificação, encaminhamento e registro de estudantes com TEA e AH/SD. A implementação pode ocorrer por meio da criação de um grupo de trabalho interinstitucional responsável por elaborar manuais, fluxos de atendimento e instrumentos de triagem que considerem diferenças de manifestação entre meninos e meninas. Esses protocolos devem ser disseminados nas escolas e incorporados aos processos administrativos da rede. O resultado esperado é a redução da dependência de percepções individuais, maior uniformidade nos procedimentos e diminuição das desigualdades de identificação.

▣ **Aprimoramento do preenchimento do Censo Escolar:** A recomendação envolve a realização de capacitações específicas para gestores e servidores responsáveis pelo preenchimento do Censo Escolar. O processo pode incluir cursos anuais, manuais de orientação simplificados e canais de suporte técnico durante o período de coleta de dados. Espera-se que a padronização das informações e o esclarecimento de dúvidas reduzam inconsistências e ampliem a confiabilidade dos registros, permitindo diagnósticos mais precisos sobre a educação especial no município.

▣ **Produção e integração de dados qualitativos:** Sugere-se incentivar pesquisas locais, estudos de caso e diagnósticos participativos nas escolas, combinando entrevistas, grupos focais e observação pedagógica com os dados estatísticos existentes. A implementação pode ocorrer por meio de editais de pesquisa, parcerias com universidades e projetos piloto em escolas da rede. O resultado esperado é a ampliação da compreensão das trajetórias escolares, das barreiras institucionais e das experiências das estudantes, enriquecendo a formulação de políticas públicas.

▣ **Ampliação do diálogo intersetorial:** A ação prevê a criação de fluxos permanentes de articulação entre educação, saúde e assistência social. A implementação pode incluir comissões intersetoriais, protocolos de encaminhamento e reuniões periódicas entre profissionais das diferentes áreas. Espera-se que essa integração favoreça a identificação

precoce, o acompanhamento contínuo e a oferta de suporte integral às estudantes e suas famílias.

☐ **Campanhas de sensibilização:** Propõe-se o desenvolvimento de campanhas informativas voltadas a famílias, estudantes e comunidades escolares, utilizando materiais digitais, eventos escolares e ações comunitárias. O objetivo é reduzir estigmas, ampliar o conhecimento sobre neurodivergência em meninas e estimular o reconhecimento precoce de sinais. Como resultado, espera-se maior engajamento das famílias e fortalecimento da cultura inclusiva nas escolas.

☐ **Monitoramento e avaliação de políticas:** Recomenda-se instituir um sistema permanente de monitoramento das desigualdades de gênero na educação especial, com indicadores específicos, relatórios periódicos e divulgação pública dos resultados. A implementação pode envolver a criação de um observatório municipal ou a incorporação desses indicadores aos sistemas de gestão existentes. O resultado esperado é garantir transparência, avaliar o impacto das políticas e orientar ajustes contínuos nas estratégias adotadas.

7. Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 14 abril 2026.

CASTANHO, Carla. Pátios escolares e o mapa invisível da desigualdade de gênero. *Jornal GGN*, 11 out. 2025. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/patios-escolares-e-o-mapa-invisivel-da-desigualdade-de-genero/>. Acesso em: 14 abril 2026.

DIAS, Patrícia Jovino de Oliveira. O registro de dados sobre alunos com necessidades educacionais especiais no Censo Escolar da Educação Básica na rede municipal de ensino de Londrina/PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

FRANCO, Karine Serpa. Gênero e altas habilidades ou superdotação: concepções socioculturais à luz da identificação. 2023. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em:

https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/36786/TESE_KarineSerpa.pdf?sequence=1&isAllowed=y(https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/36786/TESE_KarineSerpa.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 14 abril 2026.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvi Libanio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2017.

MAIA-PINTO, Renata Rodrigues; FLEITH, Denise de Souza. Avaliação das práticas educacionais de um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 55-66, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/QxpnqskWZCrpr67FZ499fcg/?lang=pt>. Acesso em: 14 abril 2026.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; BUENO, José Silveira. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). In: Encontro Interinstitucional de Pesquisa: políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência. 2010, Londrina. Anais Encontro Interinstitucional de Pesquisa. Londrina, p. 01-18, 2010.